

Da violência familiar à violência do sistema socioeducativo na memória das mães de adolescentes em conflito com a lei

VERALÚCIA PINHEIRO*

Resumo

Neste artigo discutimos a violência na sociedade capitalista e sua reprodução na família e nas instituições responsáveis pelo processo de ressocialização dos jovens em conflito com a lei. Nosso objeto de estudo foi construído a partir da memória de mães, cujos filhos cumpriram medida socioeducativa de privação de liberdade no Centro de Internação de Adolescentes (CIA), em Goiânia/GO. Por meio da memória pessoal das mães buscamos reconstruir a consciência de um passado recente que envolveu seus filhos. Nosso diálogo com os autores tem o propósito de encontrar elementos que nos possibilite analisar a percepção das mães sobre os acontecimentos que marcaram a vida de seus filhos e os levaram a percorrerem os caminhos da prática de atos infracionais ao invés de reproduzirem a vida de trabalhadores na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Violência; Socioeducativo; Memória.

Abstract

In this article we discuss the violence within capitalist society and its reproduction inside the Family, as well as in the institutions responsible for young conflict with the law re-socialization process. Our object of study was built upon the memory of mothers, whose children have fulfilled socio-educational measures by deprivation of liberty, within Teenagers' Hospitalization Center, in Goiania, Goiás. Throughout mothers' personal memories we have tried to rebuild the consciousness of a recent past involving their children. Our dialogue with the authors has the purpose to find elements which allow us to analyze mothers' perception about the events that have marked the lives of their children, and have taken them to walk down the paths of transgression, rather than reproduce the life of workers within capitalist society.

Key words: violence; socio educational; memory.



* **VERALÚCIA PINHEIRO** é Doutora em Educação pela Unicamp/SP, docente no curso de História da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis e no Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – MIELT – Universidade Estadual de Goiás – UEG.

Introdução

Neste artigo trabalhamos com dados de uma pesquisa realizada em 2013 sobre os conflitos das mães de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa (MSE) de privação de liberdade no Centro de Internação de Adolescentes (CIA) em Goiânia/GO. Das doze (12) mães contatadas inicialmente para as entrevistas, apenas seis delas se prontificaram a nos oferecer seus depoimentos. Todas as mães entrevistadas tiveram seus filhos internados no CIA, instituição criada em 1994 para atender adolescentes em conflito com a lei, do sexo masculino, instalada nas dependências do Batalhão da Polícia Militar do Estado de Goiás.¹

O juizado da Infância e Juventude de Goiânia/GO autorizou as entrevistas e permitiu o acesso aos endereços das famílias dos adolescentes egressos de MSE. Utilizamos como critério para escolha das mães, aquelas que residissem em Goiânia ou na região metropolitana, cujos filhos não tivessem praticado ato de homicídio, tendo permanecido no mínimo seis meses internados, mas que já haviam sido desinternados via ordem judicial (e não evadidos) há pelo menos seis meses. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado.

Analizamos o fenômeno da violência na sociedade capitalista e sua reprodução na família e nas instituições criadas com o intuito de ressocializar os jovens em conflito com a lei. Por meio da memória das mães buscamos reconstruir a consciência de um passado recente que envolveu seus filhos adolescentes. Compreendemos, no entanto, que suas falas solitárias, expressa na realidade, a

condição de muitas outras mães das camadas populares que em decorrência do envolvimento dos filhos com a violência se depararam com as instituições criadas pelo Estado brasileiro para contê-los. Nosso diálogo com os autores tem o propósito de encontrar elementos que nos possibilite analisar a percepção das mães sobre os acontecimentos que marcaram a vida de seus filhos e os levaram a experiências com o submundo das transgressões ao invés de simplesmente reproduzirem a vida de trabalhadores alienados e explorados que lhes fora reservado na sociedade capitalista.

Memória e violência

Para Halbwachs (2004), a rememoração pessoal situa-se no cruzamento das tramas compostas por diferentes formas de solidariedade, nas quais os indivíduos se comprometem. Nessa perspectiva, a lembrança seria uma reconstrução do passado atualizada com os dados do presente, traduzida por meio da linguagem. Para o autor, a memória individual, ainda que seja considerada uma condição necessária, é insuficiente para o ato de lembrar, pois se estrutura e se insere na memória coletiva, tendo em vista que as lembranças, aparentemente pessoais, são constituídas e inspiradas pelos grupos sociais dos quais os indivíduos fazem parte.

Segundo o autor, para que a nossa memória se associe com a dos outros, não basta que eles nos transmitam seus depoimentos, é preciso ainda, que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja vários pontos de contato entre uma e as outras, só assim a lembrança que nos recordam pode ser reconstruída sobre um fundamento comum.

¹ As entrevistas que analisamos neste artigo foram realizadas por Melissa de Paula Santos Costa, sob a orientação de Veralúcia Pinheiro.

A constituição da memória de um indivíduo, neste sentido, seria uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja na família, na escola, em um grupo de amigos etc, por meio da comunicação. No processo de reconstituição da percepção do passado, as especificidades existentes na lembrança de cada indivíduo se devem, segundo Halbwachs (2004), ao fato de que na base das lembranças ocorre sempre o chamamento a um estado de consciência puramente individual.

Halbwachs (2004), todavia, deixou de lado as tensões e os conflitos entre memória individual e memória coletiva, além das relações de poder que interferem no processo de evocação das lembranças. Como ressaltou Viana (2006), o passado não se reconstrói a partir do presente, é a consciência desse passado que se reconstrói. As lembranças constituem o conteúdo da memória e somente se tornam recordações por meio de sua ativação. Concordamos com o autor quando este defende a ideia, segundo a qual não é a memória que é seletiva e sim o processo de evocação social das lembranças. Além disso, a consciência não se fecha em si mesma, tampouco é um espaço vazio. Desse modo, os mecanismos de seleção se encontram nos valores e sentimentos dos indivíduos, bem como na pressão social e na associação de ideias, posto que, os valores são constituídos socialmente.

Uma memória coletiva, segundo Bosi (1999), se desenvolve a partir de laços de convivência na escola, no trabalho, na família. Além de conservar a memória de seus membros, a memória coletiva contribui para corrigir, ou melhor, passar a limpo as lembranças individuais. O que ela não faz é apagar as marcas dos conflitos e das tensões na

memória, como Vanda² gostaria: “na escola ele fazia muita bagunça, respondia a professora, andava debaixo das carteiras, era um menino que eu via que ia dar trabalho. Só que eu não me lembro dos motivos, pois eu me esqueci dele”. As últimas palavras dessa mãe indicam que sua memória contem rastros de um drama que ela não quer lembrar, ou melhor, da origem da violência que faz parte da vida de seu filho desde a infância:

a infância do Walter foi difícil, logo eu tive que trabalhar fora, eu trabalhava de auxiliar de confecção, de passadeira; o pai pedreiro. O pai não era de beber muito, [...] era agressivo por instinto mesmo, era explosivo, agressivo, me tratava com palavras grosseiras. Quando o Walter tinha entre 5, 6 anos de idade, o pai começou a levar o menino para o trabalho. Só que ele aprontava na frente do Walter, ligava para mulher, marcava encontro, tudo na frente dele, e ele chegava em casa e me contava. O pai coagia ele, dizia que se ele me contasse ia dar uma surra. Só que com o tempo ele passou a me contar e eu fiquei numa situação mais difícil porque se eu falasse qualquer coisa ele ia bater no menino com mais crueldade ainda.

Os papéis sociais e as representações de gênero que se estabelecem no interior da família envolvem pai, mãe, filho e são estabelecidos em sintonia com as necessidades e os valores dominantes de uma determinada sociedade e também segundo as condições concretas dos sujeitos. Quando a ênfase da sociedade era apenas o homem e o pai detinha todos os poderes, cabia à mãe se manter invisível, em uma condição semelhante a do filho, em sua fase infantil. Porém,

² Vanda foi uma das mães que participaram de nossa pesquisa. Para preservar suas identidades os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

quando essa situação se alterou e a sociedade voltou sua atenção para a criança, especialmente para sua educação, o foco passou a ser a mãe que se tornou personagem central, em detrimento do pai. Os papais sociais são, portanto, ressignificados ao longo da história, a exemplo da maternidade, da infância e da violência. Em síntese, esses deslocamentos, a partir da internalização/subjetivação, contribuíram para formar novos valores acerca do papel social da mãe e da família.

Quanto à mulher acreditamos que o fim da Idade Média e o início da modernidade não contribuíram para melhorar sua imagem. Corroborando essa análise sobre a condição da mulher, Scholz (1996), argumenta que a Renascença, além de ser o “renascimento” do velho mundo espiritual dizia respeito também a uma respectiva mudança dos valores e das bases sociais. Estes por sua vez, forneceram melhores condições ao processo de produção de mercadorias e ao fluxo monetário, o qual segundo Marx (2011) possibilitou uma nova estrutura social e o desenvolvimento da acumulação primitiva do capital, contribuindo dessa forma, para o retorno de uma esfera pública no interior da sociedade.

A condição da mulher foi alvo da pesquisa feita por Badinter (1985) sobre a construção do amor materno durante o longo do período de constituição da modernidade ocidental. Segundo a autora, tendo como parâmetro a liberdade de escolha e a ternura, surgiu um novo modelo de casamento. Seu ponto culminante foi à procriação, a qual era concebida como expressão máxima da felicidade do casal. De acordo com essa concepção, quando os esposos se escolhiam livremente, o

amor que sentiam um pelo outro se concretizaria naturalmente em sua prole.

Desde o final do século XVIII que os principais traços desse modelo familiar já estavam estabelecidos na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e, portanto internalizado e idealizado pelos indivíduos de todas as classes sociais. Ideologicamente³ os burgueses a partir das ideias desenvolvidas pelos moralistas consideravam as mulheres como criaturas dóceis, frágeis, puras, mesmo assim, jamais renunciaram a exploração do trabalho dessas mulheres em suas fabricas. Ao pesquisar a história do trabalho da mulher na Inglaterra do século XIX, Saffioti (1979) obteve relatos de patrões confessando a preferência pelo trabalho feminino. Segundo a autora, um fabricante teria informado que em seus teares mecânicos empregava exclusivamente mulheres, dando preferência às casadas que tinham em casa uma família que dependia de seu salário, pois estas eram muito mais ativas e cuidadosas que as mulheres solteiras; ademais, a necessidade de garantir o sustento de sua família as obrigava a trabalhar com muito mais afinco. O trabalho das mulheres pobres, neste período era muito comum, devido ao abandono e as precárias condições de vida. Para sobreviverem elas desenvolviam atividades de cozinheiras, domésticas, lavadeiras etc. Todavia, o emprego das mulheres dos países capitalistas não nasceu nem da exigência do trabalho das mulheres na indústria por parte da sociedade, nem de uma necessidade inerente às mulheres para trabalhar, mas, principalmente, do desejo dos empregadores de utilizar

³ - Tal como Marx (2007), consideramos ideologia como inversão da realidade, como sistematização de uma falsa consciência.

mão-de-obra barata. Essa condição das mulheres não foi superada, ficando evidente a impossibilidade das mulheres das camadas populares exercerem o papel de rainha do lar, conforme expectativa da sociedade e delas mesmas. Tudo isso fica claro na narrativa de Vanda:

quando eu me separei, ele separou também dos filhos, virou totalmente a cara. Não ligava. Foi ficando difícil para mim e por mais que eu procurasse a ajuda dele e implorasse, ele não se importava de maneira alguma. [...]. Eu sempre ganhei o salário mínimo mais um acréscimo das horas extras uns R\$ 200,00 e tinha o salário escola na época que me ajudava demais da conta. Eu tinha um patrão muito rígido, mas consegui ganhar a confiança dele, ele sabia da minha situação então eu conseguia sair para ir à escola, reunião, essas coisas, até dia dos pais. Eles não cresceram desamparados da minha presença na escola. Eu tentava ser presente.

O esforço dessa mãe para corresponder a um determinado modelo normativo de mulher não é uma característica isolada ou uma mera coincidência. No Brasil, segundo Rago (1985), tal modelo foi elaborado desde meados do século XIX e defendia novas formas de comportamento e de etiqueta, primeiro às moças das famílias ricas e, em seguida às das classes trabalhadoras. A partir da exaltação de virtudes burguesas como laboriosidade, castidade e esforço individual foram forjadas as exigências para a esposa e mãe de família. Assim, a mulher passou a responsabilizar-se por todos os fatos da vida cotidiana, principalmente com aqueles relacionados com a disciplina e a coerção dos filhos, devendo para tanto vigiar seus horários, manter-se atenta a todos os pequenos fatos, prevenir, ou

melhor, acudir a tempo, qualquer sinal da doença, seja física ou psíquica.

Porém, ao mesmo tempo em que a sociedade moderna forjou essa representação da mulher indispensável para o equilíbrio do ambiente doméstico, ela não prescindiu de seu trabalho fora de casa. De modo que, impossibilitada de corresponder às representações simbólicas forjadas pelos ideólogos, as mães dos jovens em conflito com a lei, expressam os conflitos, as violências e as contradições dessa sociedade, deixando claro que o caráter da violência não é espontâneo nem inevitável. Como confirma Bandeira (1999), o que há são ações e significados da cultura construídos, instituídos, socializados e ressignificados nas estruturas mentais e sociais, que acabam por prevalecer e incorporar-se como significações normatizadas que determinam a constituição da relação cultura-violência e vice-versa, conforme podemos observar no relato de Vanda:

o pai que toda vida foi muito violento, ainda teve coragem de entregar o filho pra polícia. Depois, a polícia foi lá em casa, achou as peças roubadas, bateu nele na minha frente, na minha casa! Foi uma cena muito chocante, jogaram ele com muita violência dentro do camburão e eu entrei em desespero. A viatura saiu e eu saí correndo atrás. O meu filho gritava: mãe vem que eles vão me matar, vem atrás de mim. E, aí meu filho mais velho já tinha uma moto, então, fomos atrás, mas não conseguimos alcançar a viatura. Essa noite foi um tormento, eles rodaram com ele, bateram muito nele [...]. Eu e meu filho mais velho fomos a várias delegacias, rodamos a madrugada toda, mas só quando estava amanhecendo é que encontramos ele, numa delegacia lá perto do

mutirama. Chegamos lá e ele estava algemado na escada, com a boca até branca!! Ele me viu e me pediu água. Quando dei a água vi que ele mal conseguia engolir, fiquei desesperada! O delegado olhou para mim e disse assim: “mãe de bandido não pode sofrer, a senhora não resolve nada aqui, pode ir embora, aqui não é lugar pra senhora, depois ele vai ser encaminhado para o CIA”.

Nessa narrativa encontram-se presentes tanto a violência familiar quanto institucional, promovida pelo Estado, no entanto, tanto o pai quanto o policial não se constituem como autoridade. Ao concordar com as reflexões feitas por Arendt (1985), acreditamos que o maior inimigo da autoridade é justamente o desprezo e a maneira mais fácil de sabotá-la é a chacota, por isso, um pai pode perder a sua autoridade seja por bater em seu filho seja por discutir com ele, isto é, por comportar-se como tirano ou por tratá-lo como igual. Para a autora, a característica essencial da autoridade é o reconhecimento sem objeções daqueles que devem obedecer, não havendo, portanto, necessidade de coerção ou persuasão. A violência, no entanto, distingue-se por seu caráter instrumental que, por natureza, é racional até o ponto de ser eficaz em alcançar a finalidade que deve justificá-la. Nesta perspectiva, a violência só pode manter-se racional se buscar objetivos imediatos. Em longo prazo, estes objetivos podem se perder, tornando-se imprevisíveis. Por isso, segundo a autora, não é possível termos certeza das consequências quando agimos com violência.

Incerteza e uma memória da violência que não cessa de doer fazem parte do universo das mães que participaram desta pesquisa. Para Rosa a situação é ainda mais difícil porque seu filho

depois de passar pela medida socioeducativa de internação no CIA “desapareceu”. Vejamos o começo da experiência dessa família com os delitos do filho adolescente na voz de sua mãe:

ele tinha 17 anos e nesse dia estava em casa comigo, mas saiu para ir na feirinha da Vila Maria, por volta das 19 horas. Me garantiu que ia ser rápido, que só ia encontrar uma namorada lá. Eu disse para ele não demorar, pois eu não ia dormir de preocupação enquanto ele não chegasse. Mas ele não voltou e eu passei a noite esperando. [...] No dia seguinte fui trabalhar e lá pelo meio dia meu marido me ligou e disse - “vem embora que o Carlos foi preso.” [...] A policia veio aqui em casa e disse que ele estava preso, mas não disse onde. Então, nós fomos a muitas delegacias e nada, até que encontramos ele na Delegacia de Furtos e roubos [...] quando cheguei lá nem acreditei que estava vendo meu filho. [...] Eles tinham batido muito nele. Ele estava devendo mil reais de droga para um traficante e, eu nem sabia. Ele me disse que o traficante mandou ele roubar um carro para pagar a dívida. Eu nunca vi ele com cheiro de droga em casa, nunca vi ele com nada diferente. Se ele aprontava, era pra lá, muito escondido. Ele disse para o promotor que não usava droga. O que ele fazia era repassar as drogas para os colegas nas festas que ele ia. Ele me disse que se não pegasse o carro para o traficante, ele ia matar a mãe e a irmã dele. Ele então foi para a feirinha roubar o carro para o traficante. A policia prendeu ele no flagra. Até então, ele não tinha antecedentes e por isso, ficou 06 meses no CIA.

A violência que faz parte do dia a dia destes indivíduos tem duas faces: uma que representa os traficantes, os marginais e outra, que representa a lei, a

ordem, o Estado, o qual segundo Jappe (2011) tem como núcleo a própria violência. Para o autor, por trás de toda a retórica sobre o papel civilizador do Estado, existe sempre, alguém que esmaga a cabeça de outro ser humano, ou que pode fazê-lo. Ao longo da história da nossa civilização ocorreram varias mudanças nas funções do Estado, contudo, o exercício da violência tem sido seu denominador comum. No Brasil do passado, instituições como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e a Fundação de Bem Estar do Menor (FEBEM), foram criadas para atender os jovens abandonados e transgressores. Estas instituições foram extintas devido ao caráter violento de suas ações, porém os atuais Centros de Internação de Adolescentes (CIA) não romperam com a “pedagogia” da violência e dessa forma, a vida destes jovens é ameaçada tanto dentro quanto fora delas, conforme trajetória percorrida por Carlos e descrita por sua mãe:

dia 3 de setembro de 2011 foi o ultimo dia que vi meu filho. Nós trabalhamos o dia inteirinho e nessa época ele estava morando junto com uma menina que ele trouxe da Bahia. [...] Eles foram morar juntos, separaram casa, aqui perto. Primeiro ficaram morando aqui comigo e depois eu arrumei para ela trabalhar lá no hospital da criança então eles alugaram um barraco. Até hoje a menina trabalha lá. Dia 03, depois do trabalho eu deixei ele na casa dele. Dia 04 fui trabalhar no hospital, quando cheguei minha irmã me disse que a policia tinha pegado o Carlos e eu corri para o barraco dele. Quando cheguei lá só tinha a chave do barraco. Tinha dois policiais perto do barraco, então perguntei pelo Carlos, primeiro me disseram que houve uma troca de tiros e que um colega do Carlos tinha sido baleado

quando tentou fugir e que o Carlos tinha fugido. Eu disse que o meu filho não tinha arma como pode ter troca de tiros? Depois, mais tarde, eles disseram que não sabiam dele que, quando chegaram só acharam um elemento morto. Meu tio estava comigo de testemunha quando eles falaram que houve troca de tiro. Mas, eles disseram que nós é que tinha entendido errado. Eu pensei que eles tinham levado o Carlos pra 2º DP porque ele já tinha feito 18 anos. Mas, nada, não levaram. Desde esse dia até hoje estamos procurando ele e não achamos. Hoje já faz 2 anos e 8 meses. Já chamamos a televisão, a televisão já veio e nada. Já fomos ao fórum, no juiz e nada. Minha nora tem os nomes dos policia e a gente foi na corregedoria da polícia e eles não sabem. A identidade dele está comigo e a sandália dele também. Ele saiu sem nada. Até sem blusa ele estava. Desapareceu, descalço, sem blusa e sem documento [...].

A narrativa dessa mãe confirma a tese do Estado como núcleo da violência e ao mesmo tempo desfaz as ilusões sobre as possibilidades de se garantir igualdade e liberdade no chamado “Estado democrático de direito”. No Brasil, os governantes atuais empenham-se em garantir justiça aos “desaparecidos” da ditadura militar (1964-1985). Para isso, o próprio Estado oferece apoio⁴ às famílias que convivem ainda hoje com as lembranças da barbárie desencadeada pelo processo repressivo daquele período. Porém, em plena democracia, jovens como Carlos continuam a “desaparecer” sem que nenhuma atitude seja tomada para impedir tal massacre ou para apoiar suas famílias. Tudo isso nos faz lembrar as

⁴ Os sobreviventes da Ditadura Militar (1964-1985) ou seus familiares conquistaram na justiça o direito a indenização do Estado brasileiro.

análises de Macpherson (1978), segundo as quais, a democracia é apenas um mecanismo de mercado, nela os votantes são os consumidores e os políticos, os empresários. Segundo o autor, o criador desse modelo de sociedade foi justamente o economista Joseph Schumpeter, que dedicou sua vida profissional a elaboração de modelos de mercado.

Por isso, somente o lugar ocupado por essas famílias na sociedade dividida em classes pode nos ajudar a compreender o descaso das instituições pelos jovens autores de atos infracionais. Eles são filhos de trabalhadores, não são os clientes preferenciais de uma sociedade mediada pela mercadoria. Talvez isso explique a crueldade das palavras do Promotor no diálogo estabelecido com o jovem Walter e sua mãe:

- muleque, eu vou te dar corda pra você se enforcar. Vou te dar uma medida de Liberdade Assistida, mas sei que você não vai cumprir, porque você já é um delinquente. - Eu falei assim: - doutor, eu tenho fé que ela vai mudar. E ele me disse: - mãe, não se iluda. Eu estou cansado de lidar com essa raça.

Em outro estudo sobre juventude e miséria na sociedade contemporânea refletimos que, enquanto os jovens das periferias de nossas cidades são tratados como bandidos pelas instituições antes mesmo de qualquer julgamento oficial, aos jovens das classes médias e altas, ao invés dessa intolerância, toda compreensão parece insuficiente. Suas ações, mesmo quando graves como nos casos em que se embriagam e atropelam pessoas, ou quando até mesmo por “farra” resolvem atear fogo em moradores de rua ou então, espancar uma mulher qualquer, empregada doméstica ou prostituta, são consideradas apenas travessuras juvenis. Tratados como adultos infantilizados

por suas famílias endinheiradas possuem endereço fixo, estão matriculados em escolas ou faculdades caras, diferenciam-se dos jovens da periferia, são obedientes, reproduzem fielmente os valores transmitidos por suas famílias e demais integrantes de sua classe. O desprezo que demonstram sentir pela condição humana do Outro é uma mera repetição daquilo que aprenderam observando as práticas cotidianas de seus pais, dos adultos que fazem parte do mundo deles (PINHEIRO, 2011).

Por tudo isso, concordamos com as reflexões de Kurz (2002), sobre a livre vontade na sociedade burguesa. Para o autor, ela nada tem a ver com liberdade de escolher uma alternativa. No mundo das mercadorias, o indivíduo é livre para comprar, sua escolha ocorre de acordo com sua capacidade jurídica e de pagamento. Fora destes critérios, ele sequer existe como ser humano.

Considerações finais

“E, quando ouvir o silêncio
sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos
são quase Todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos
quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos
sabem como se tratam os pretos”.
CAETANO VELOSO

Por meio da música o artista expressa sua indignação diante do desprezo e da indiferença da sociedade pela vida humana. Nos tempos do Brasil colônia, negros eram castigados ou mortos sob a mesma justificativa de hoje, qual seja, a não obediência as normas, a não integração a ordem estabelecida. Pouco

mudou na sociedade de classes, a favela nos faz lembrar quanta semelhança permanece entre aqueles tempos e os atuais, as senzalas de ontem são os barracos de hoje. O desprezo com a vida dos jovens refletida nos relatos das mães, apenas confirmam uma das teses elaboradas por Kurz (2002), sobre a perspectiva violenta e destrutiva do capitalismo. Segundo o autor, esse sistema vence a si mesmo até a morte, tanto no plano material como ideal. Pois, quanto maior a selvageria com que esta forma de reprodução, que se tornou modelo social universal, destrói o mundo, mais ela vai desferindo golpes a si mesma e minando sua própria existência.

A guerra social travada cotidianamente nas periferias das cidades brasileiras, não deixam dúvidas de que a modernização e o progresso social anunciados pelos arautos do capitalismo constituem-se mera ilusão. As marcas deixadas pela miséria, pelos massacres, pelas mortes prematuras, nos dizem que a democracia na sociedade da mercadoria é transformada em fetiche e assim, os lamentos dos defensores bem intencionados dos “direitos humanos” que se mantêm dentro dos limites da ordem burguesa se esvaziam, posto que não podem chegar a lugar algum, além de simplesmente executar as leis cegas do mercado, às quais encontram-se submetidos.

Referências

- ARENDT, H. *Da violência*. Trad. Maria Cláudia Drummond. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.
- BANDEIRA, L. Violência sexual, imaginário de gênero e narcisismo. In: SUÁREZ, M. & BANDEIRA, L. (Orgs.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K. *Os grundrisse*. Tradução: Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução: Rubens Enderle; Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MACPHERSON, C. B. *A Democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- RAGO, M. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes*. Petrópolis/RJ: 2ª. Ed. Vozes, 1979.
- SCHOLZ, R. *O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos*. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Novos Estudos – CEBRAP, n. 45 – julho de 1996, pp. 15-36.
- INTERNET**
- KURZ, R. *Razão sangrenta*. 20 teses contra o chamado iluminismo e os “valores ocidentais”. <Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/>> Acesso em jan/20014.
- PINHEIRO, V. *Juventude, violência e miséria na sociedade contemporânea*. Revista Estácio de Sá – Ciências Humanas. Revista da Faculdade Estácio de Sá. Goiânia SESES-GO. Vol. 02, nº 05, pp. 76-83, Jan.2011/jun.2011. Versão eletrônica disponível na internet: <http://www.saps.com.br/sites/estacio/download/s/revista/ciencias_humanas05.pdf> Acesso em jan/20014.
- VIANA, N. Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. *Espaço Plural* – Ano VI – Nº 14 – 1º Semestre de 2006 – Versão eletrônica disponível na internet: <www.unioeste.br/saber> Acesso em jan/20014.

Recebido em 2014-04-14
Publicado em 2016-01-15